

Decolonialidade documental: mediação de documentos históricos em arquivo público

Carmem Lúcia Batista¹
Daniela Messias Silveira²



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

<https://doi.org/10.32459/2447-8717e350>

Recebido: 29-10-2025 | **Aprovado:** 17-10-2025 | **Publicado:** 29-12-2025

Resumo: Este texto trata da mediação de documentos históricos em contexto pós-colonial. Os objetivos desta pesquisa são: verificar os usos da mediação na difusão de documentos históricos com representação de valores não mais endossados institucionalmente; analisar a divulgação em mídia social de documentos históricos de um arquivo público nesse contexto de pós-colonialidade e de mudança de paradigma. Como metodologia, foi feita pesquisa bibliográfica e seleção de posts do Instagram, *corpus* de análise do Arquivo Histórico do Município de São Paulo (AHM). Concluiu-se que o AHM, em suas práticas de mediação, revisa processos para reconsiderar a inclusão de minorias marginalizadas.

Palavras-chave: Pós-colonialidade. Arquivo público municipal. Mediação

Abstract: This paper addresses the mediation of historical documents in a postcolonial context. The objectives of this research are: to examine the uses of mediation in the dissemination of historical documents representing values no longer institutionally endorsed; and to analyze the social media dissemination of historical documents from a public archive within this context of postcoloniality and paradigm shift. The methodology involved bibliographic research and the selection of Instagram posts from the Arquivo Histórico do Município de São Paulo (AHM), which served as the corpus for analysis. It was concluded that the AHM, in its mediation practices, is reviewing its processes to reconsider the inclusion of marginalized minorities.

Keywords: Postcolonialiy. Municipal public archive. Mediation

¹ Pós-doutora em Estudos interdisciplinares pela Universidade de Coimbra. Doutora em Ciência da Informação pela ECA/USP. Mestre em Ciência da Informação pela ECA/USP. Graduada em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), em Letras (Português/Francês), pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP).

² Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Arquivologia e Graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário Assunção.

Introdução

No século XIX, a ideia de Modernidade europeia assumiu configuração mais concreta que nos três séculos anteriores em razão das conquistas coloniais e da Revolução Industrial, condição que promoveu, segundo Goody (2015), a construção e o controle da história do mundo. Havia a preponderância de um discurso que exaltava a “necessidade” de distintos povos receberem uma “salvação milagrosa”, tal qual coloca Krenak (2020, p. 11): “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível”. Essa forma de entender e construir o mundo se perpetuou até meados do século XX, momento em que novas percepções foram despertadas e com elas novos modos de interpretar as coisas do mundo.

Assim, na segunda metade do século XX a modernidade foi radicalmente reconfigurada como fruto de um processo de transformação social que vem promovendo a ascensão de novos atores (entidades, grupos, civilizações, protagonistas) e a construção de outras narrativas históricas (Ascione, 2013). Essa ascensão paulatinamente promove a inclusão de subjetividades não europeias num processo de reescrita da história mundial em termos não eurocêntricos. Assim, sujeitos que em escritas eurocêntricas eram tratados de maneira subalternizada, em construção de novas narrativas têm imagem recriada por correções interculturais.

Nesse cenário qual o papel que desempenham os documentos históricos? Como instituições de memória e cultura, como os arquivos e seus documentos, se inserem no contexto contemporâneo que questiona representatividade e demanda reparação histórica? Como lidar com documentos históricos que propagam valores questionáveis? Haveria necessidade de nova descrição de documentos históricos para que sujeitos outrora excluídos possam se sentir pertencentes? Como fazer difusão de documentos que comunicam valores morais incoerentes com os princípios contemporâneos?

É em meio a esses questionamentos, e numa tentativa de respondê-los, que se circunscrevem os objetivos desta pesquisa: verificar os usos da mediação na difusão de documentos históricos com representação de valores não mais endossados institucionalmente; analisar a divulgação, em mídia social, de documentos históricos de um arquivo público nesse contexto de pós-colonialidade e de mudança de paradigma.

Como metodologia de trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica sobre os temas propostos, além de uma seleção de posts do Instagram, *corpus* de análise do Arquivo Histórico do Município de São Paulo.

Colonialidade e resistência

A origem da configuração da ordem mundial contemporânea tem raízes na construção da ideia de Modernidade inicializada por volta do século XVI. Nesse momento, começou a se configurar um projeto de dominação de povos e de fortalecimento de classe, a burguesa, estudado por diversos autores em diferentes âmbitos. Oliveira e Osman (2017) declararam que havia apenas um projeto epistêmico, político, econômico, cultural e estético para todos os povos, que resultou na hierarquização de narrativas históricas que, por muito tempo, privilegiou um modelo civilizatório único, globalizado e universal.

Sobre o tema, Quijano (2010) comenta a estrutura eurocêntrica de dominação colonial, destaca a exploração dos recursos de produção e do trabalho e discorre sobre o papel da América Latina nas dinâmicas da Modernidade ocidental. O autor identifica dois processos históricos que se tornaram eixos fundamentais de um novo padrão de poder: as diferenças entre conquistadores e conquistados foram codificadas a partir de uma suposta estrutura biológica superior, condição que subjugava os considerados de raça inferior; a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, considerando recursos e produtos em torno do mercado mundial capitalista. No primeiro processo apontado pelo autor consta o pressuposto estrutural utilizado pelos conquistadores para justificar a dominação; no segundo, a razão - entendida como necessidade pelo conquistador - para manter a dominação. O autor também ressalta a colonização do imaginário dos dominados, pois a relação de dominação colonial continuou mesmo após a eliminação do colonialismo político (Quijano, 1992).

Em consonância a Quijano, (1992), Quintero, Figueira e Elizalde (2019, p. 7), consideram que para além das formas tradicionais de dominação, as assimetrias de poder também são notadas na produção de conhecimento, que “[...] funciona como um *locus* epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento” que não apenas universaliza e padroniza a experiência local europeia como modelo normativo a seguir, mas também “[...] designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos”.

Essas relações de dominação foram perpetuadas por séculos até que, a partir da segunda metade do século XX, com a independência de vários países colonizados durante o

processo imperialista do século XIX, surgiram narrativas que divulgaram contra-histórias da Modernidade. Até então, no contexto de domínio imperialista, havia a narrativa eurocêntrica que controlava a história do mundo em razão de referências que Goody (2015, p. 16) denomina de “modelos teleológicos”, os quais rotulavam tudo que não era europeu como problemático. Na perspectiva de Silva (2020), a Modernidade teria sido forjada a partir da colonização, condição que propiciou a construção da identidade do “homem branco pensante”, tendo como fundamento os interesses do então incipiente sistema capitalista, que também era patriarcal, além de colonial moderno e judaico-cristão.

Conforme Ascione (2013), essas contra-histórias foram aos poucos se desenrolando num contexto de relativo declínio da centralidade e da supremacia do Ocidente na estrutura hierárquica do mundo contemporâneo, situação em que houve ascensão simultânea de novos protagonismos e de diferentes etnocentrismos. Foi nesse contexto que surgiram os estudos pós-coloniais, tendo função, caracterizada por Hall (2003), de reescrever as narrativas e culturas construídas de forma colonizadas, descentradas, diáspóricas e distante das narrativas universais e imperiais do passado.

Nessa configuração surgiram vários movimentos contemporâneos que se ocuparam das negativas heranças da colonização e partiram das mesmas problemáticas. Esses movimentos de estudos decoloniais passaram a criticar o caráter eurocêntrico do conhecimento moderno, com seu discurso hegemônico e controle social e ético sobre saberes e poderes, além de sua articulação às formas de dominação colonial/imperial.

De acordo com Quintero, Figueira e Elizalde (2019, p. 6), os estudos decoloniais compartilham um conjunto de procedimentos conceituais:

- a) o entendimento de que as origens da Modernidade estão no processo de conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa no final do século XV e início do XVI;
- b) a ênfase no colonialismo e no capitalismo como dinâmicas formativas de um sistema de acumulação e de exploração em escala global;
- c) a compreensão de que a Modernidade é constituída como um sistema global estruturado por relações de poder assimétricas que implicam a subalternização de povos dominados;
- d) a percepção da subalternização da maioria da população mundial se estabelece por meio do controle do trabalho e da intersubjetividade;
- e) a designação do eurocentrismo como forma de produção de conhecimento e subjetividades na Modernidade.

Assim, nos últimos 50 anos, concomitantemente às críticas ao poder hegemônico e eurocêntrico, que busca o que Oliveira e Osman (2017) denominam “ser humano universal” - indivíduo “branco-europeu, cristão, heteronormativo, liberal, letrado e crédulo quanto ao Iluminismo e ao valor da ciência” -, os movimentos de estudos pós-coloniais buscam a valorização de sujeitos periféricos, percebidos não como objetos, mas como produtores de conhecimento e cultura. Essa busca por valorização, que constitui a identidade de grupos marginalizados, apresenta implicações que vão desde o (re)conhecimento dos males sociais que os assolam até as diversas formas de violências contemporâneas, interpretadas por diferentes autores como distintas formas de colonização. Sobre esse aspecto, alguns autores apresentam abordagens ontológicas e dimensionais, aqui agrupadas como:

- a) **Colonialidade do ser** - Segundo Quijano (2010), a formação das relações sociais fundadas na ideia de raça criou identidades sociais submetidas à hierarquização em que a parte inferiorizada passou a ocupar lugares físicos e sociais subalternizados, num processo em que identidades raciais foram estabelecidas como instrumento de classificação social básica. Assim, termos como “índio”, “negro”, “mulato”, “pardo”, “africano”, dentre tantos outros ainda mais pejorativos, por carregarem sentidos sociais e culturais propagados como inferiores, estigmatizavam os sujeitos de etnias “eleitas” como inferiores a partir de características biológicas, fenotípicas, como cor da pele e traços físicos.
- b) **Colonialidade do saber** – O racismo não é apenas social, mas epistêmico também. Maldonado-Torres (2007) considera que a relação entre a colonialidade do saber e do ser estruturada pelos conhecimentos produzidos na modernidade “autorizam” a desqualificação epistêmica do outro. No mesmo sentido, Oliveira e Osman (2017) afirmam que esse racismo epistêmico deslegitima e inviabiliza todos os conhecimentos que não são eurocêntricos, caracterizando-os como irracional, primitivo, incipiente e desqualificado enquanto projeto a ser perseguido.
- c) **Colonialidade da natureza** – Refere-se, segundo Lander (2002), ao domínio da natureza em favor do processo de globalização do capital e do neoliberalismo. O processo de “conhecer a natureza” foi reduzido à sua sujeição enquanto objeto dominado. Assim, conforme Diniz (2023, p. 168-169), a natureza foi transformada em recurso a ser explorado, processo que resultou na afirmação da “autoridade do sujeito pensante e a legalidade das práticas de exploração”. Esse processo, segue a autora, culminou na ideia de que “a exploração da natureza não requer justificação alguma e faz parte de uma ética produtiva naturalmente aceita como coerente, adequada e

esperada no contexto do avanço civilizatório, do progresso desenvolvimentista e do crescimento econômico”.

d) **Colonialidade do gênero** – Trata-se de relações de poder pautadas pelo patriarcalismo e heterossexualidade. Segundo Lugones (2008), o que se entende por sexo biológico é socialmente construído. A essa afirmação, acrescentamos o fator histórico, entendendo com isso que os conceitos são sócio-históricos, ou seja, a atribuição de sentido a determinado termo pode ser alterada em razão do contexto - geográfico, social, cultural – e do momento histórico. No que se refere à identidade de gênero, segundo Greenberg (2002), a categorização sexual atribuída por instituições legais também expressa uma relação de dominação. Segundo a autora, por meio de fatores biológicos determina-se que o sexo é binário, sem ambiguidades, mesmo que estudos médicos e antropológicos afirmem o contrário. No entanto, se realmente for necessária uma categorização de gênero, diversos fatores necessitam ser considerados nessa identificação: cromossomos, gônadas, morfologia externa, morfologia interna, padrões hormonais, fenótipo, sexo designado, e aquele que a própria pessoa designa a si mesma. Porém, a categorização de masculino e feminino tornou-se um paradigma sexual ao qual a sociedade necessita se encaixar sob pena da rotulação de “anormalidade”.

e) **Colonialidade da pesquisa histórica** – Essa forma de colonialidade está diretamente associada à colonialidade do saber. Neste caso, as relações assimétricas de poder se estendem não apenas à produção de conhecimento, mas também ao direito à memória, pois a memória social é construída por processos de “lembra” e de “esquecer” (Melis, 2010). A definição do que deve ser lembrado ou esquecido envolve conflitos de relação de poder que se concretizam em disputa de narrativas, processo que, conforme Oliveira e Osman (2017), gera violência epistêmica que subjuga a construção de identidades nacionais de povos colonizados a partir de uma concepção que hierarquiza narrativas históricas das comunidades, seus espaços e tempos, saberes, linguagens, memória e imaginário.

Desse modo, com o advento da Modernidade ocidental foi instituída uma classificação social resultante de uma ficção biológica pautada por uma falsa e artificial teoria sobre superioridade: de raça, de gênero, de ideologia, dentre tantas outras. Assim, são exercidas várias formas de controle (de etnia, de sexo, de subjetividade, de trabalho etc.), conectadas com o conceito de colonialidade. Contudo, essas dimensões apenas apresentam

o impacto da colonização estudada em diferentes aspectos, mas não modos distintos de colonização, já que não é possível separar essas dimensões como fenômenos apartados, pois a colonização da natureza é a do ser; a do ser é a do gênero; a do saber é da pesquisa histórica. Contudo, embora não seja possível estudar esses fatores isoladamente, sob pena de “empobrecimento epistemológico”, este texto, doravante se ocupará da dimensão colonialidade da pesquisa histórica como abordagem principal; as demais dimensões da colonialidade surgirão de maneira vinculada a esta priorizada neste texto.

Arquivos, decolonialidade e mediação

Os arquivos públicos são instituições patrimoniais, dispositivos culturais e de memória – assim como as bibliotecas e os museus -, que têm suas especificidades históricas introduzidas por seus acervos. Por serem orientados por diretrizes das instituições às quais estão vinculados, os arquivos mudam sua forma gestão e de tratamento do documento quando o posicionamento institucional também se altera. Desse modo, as práticas arquivísticas - considerando tanto procedimentos técnicos e práticas culturais quanto fluxos comunicativos - não são neutras. A ausência de neutralidade é perceptível, principalmente, nas ações mediadas, que podem ser de seleção de itens dos acervos, políticas de classificação, descrição e indexação, organização dos espaços físicos e virtuais, gestão de conteúdos e comunicação em mídias sociais. Estas são ações com propósitos que podem não ser explícitos, mas são, indubitavelmente, intencionais.

Isto posto, retomamos a questão dos movimentos pós-coloniais, relacionando-os com os discursos institucionais e as práticas arquivísticas.

Arquivos e decolonialidade

Embora as raízes dos arquivos públicos sejam localizadas na Antiguidade Clássica, o arquivo moderno está estreitamente relacionado à formação dos Estados-nação, contexto de mentalidade imperialista, condição que os caracterizavam como uma instituição a serviço do Estado para a criação de uma identidade nacional, e também pressupunha a construção de uma história comum e de uma cultura comum (Thiesse; Norris, 2003). Consequentemente, a ascensão do Estado-nação moderno exigiu uma narrativa de sua genealogia temporal, resultando em uma reorganização dos arquivos para ajudar na composição de um novo discurso histórico, por meio do qual o antigo Estado administrativo, com função infraestrutural, pode ser transformado em um Estado imaginário denominado "nação", uma

nova ordem simbólica do poder. Nesse contexto, o papel dos arquivos públicos era o de preservar a história e a cultura que representassem a memória favorável a esse novo Estado. Essa concepção de arquivo público era dominante até meados do século XX.

Contudo, em decorrência dos estudos pós-coloniais e a valorização do multiculturalismo, os arquivos passaram por mudanças significativas em direção a acessibilidade e transparência, facilitadas principalmente pelos avanços das tecnologias digitais. Essas mudanças resultaram em novos desafios que oferecem possibilidades imprevistas de democratização, tanto em termos de acesso quanto de produção de conhecimento por sujeitos marginalizados.

Sobre essa questão, alguns autores se manifestam. Lotufo (2018) ressalta a importância de revisão das relações de poder hegemônico instauradas no âmbito cultural e considera necessário reconhecer que as “tentativas de colonização, homogeneização e hierarquização dos saberes, segundo padrões de poder impostos, é extremamente importante para retomarmos tudo aquilo que foi e ainda continua sendo esquecido, negado e apagado” (Lotufo, 2018, p. 22-3). Também Hummel-Colla (2019, s.p.) considera que o processo de decolonialidade tem sido uma forma de corrigir os ocorridos históricos e ainda presentes do colonialismo, imperialismo, e injustiça dos colonos, procedimento que tende a ser defendido por profissionais da informação. Já Monteiro (2022) afirma que o nosso contato com sociedades anteriores é feito por meio de documentos, por isso, se não os compreendermos bem, corremos o risco de distorcer o que aconteceu nos séculos anteriores.

Como decorrência, no ciclo arquivístico algumas providências têm sido tomadas. Em abril de 2006, um grupo de 19 profissionais – dentre eles arquivistas, bibliotecários, curadores de museus, historiadores e antropólogos – que representava quinze comunidades indígenas americanas de povos originários, reuniu-se na Biblioteca Cline da Universidade do Norte do Arizona, para identificar as melhores práticas profissionais para o estabelecimento de diretrizes para instrução de instituições sobre tratamento documental com responsabilidade e respeito aos povos originários. O resultado desse trabalho foi a publicação *Protocols for native american archival materials* [Protocolos para materiais arquivísticos de americanos nativos], documento reflete uma perspectiva indígena americana.

No mesmo sentido, arquivos têm feito revisão de seus processos, considerando como as minorias marginalizadas foram representadas em todos seus procedimentos de gestão documental. Dentro as iniciativas revisionistas de arquivos, algumas ganham destaque.

Por acreditar que os arquivos e outras instituições de recolha desempenharam - e muitos ainda desempenham - um papel significativo nos processos imperialistas, a

pesquisadora Hummel-Colla (2019, p. 223-224) empreendeu esforços para sugerir diretrizes que facilitariam a decolonização de documentos relacionados às comunidades havaianas, tema central de seu estudo. O objetivo era que esses materiais não fossem apenas acessíveis em círculos elitizados ou acadêmicos, mas também estivessem disponíveis para o público, que poderia participar ativamente do processo de pesquisa. Segundo a autora, os participantes indígenas da investigação queriam desafiar o conteúdo dos arquivos “oficiais” e “esclarecer as coisas”, incorporando as suas próprias narrativas nos sistemas de arquivo. O resultado desta pesquisa foi a proposição de especificações de sistema para um Sistema de Anotação Koorie, que vincularia registros digitais baseados na web e gerados por indivíduos, famílias e comunidades indígenas a sistemas separados de registros de habitação disponíveis para anotação.

Outra experiência significativa é a do Arquivo Nacional da África do Sul durante o *apartheid*, regime de segregação racial sul-africano que durou até 1994. O arquivista Verne Harris (1996) considera que, com exceção da resistência bôer ao imperialismo britânico, documentaram mal as lutas contra o colonialismo, a segregação, o *apartheid* e a experiência negra. Da mesma forma, segue ele, as vozes das mulheres, dos deficientes e de outras pessoas marginalizadas raramente são ouvidas. Segundo o autor, na maioria dos casos, esses fatos são vistos por meio de olhos brancos.

Essas iniciativas demonstram que os critérios e classificações ocidentais não são neutros, ao contrário, são instrumentos de auxílio na propagação de diretrizes institucionais, que tanto podem perpetuar ligações de domínio e subjugação quanto expressar resistência política e desafio às relações assimétricas de poder. No entanto, mesmo com mudanças de diretrizes institucionais e novas formas de representação sejam defendidas e adotadas, os documentos em arquivos organizados em contextos anteriores - períodos em que grupos marginalizados eram representados de maneira pouco favorável – podem ainda apresentar marcas da discriminação. Essa pode ser a realidade de diversas instituições que não têm condições estruturais de reorganizar seu acervo. Desse modo, como lidar com a documentação organizada e descrita de maneira incoerente com as diretrizes institucionais atuais? As práticas de mediação podem ser utilizadas como tentativa de sanar essa problemática.

Mediação em arquivos

Nas últimas décadas, práticas de mediação vêm sendo aplicadas nas áreas da Ciência da Informação - mais abundantemente no contexto da Biblioteconomia e da Museologia do que no âmbito da Arquivologia -, sobretudo no âmbito cultural. Contudo, a mediação é empregada em vários contextos e procedimentos, mesmo quando pareça pouco ou nada evidente. Para melhor percepção desses usos, é necessário compreender o conceito de mediação.

Numa perspectiva ampla, Caune (1999) considera que a ideia de mediação está relacionada a um conjunto de práticas sociais que se desenvolvem em diferentes domínios institucionais e que visam construir um espaço determinado e legitimado pelas relações ali construídas. Segundo Braga (2012, p. 32), mediação é um processo em que “um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes.” O autor continua: “os sentidos específicos variam segundo o elemento mediador; conforme os sujeitos cuja relação é intermediada; e de acordo com seu modo de atuação”. A abordagem apresentada por Martins (2010, 2021) é um pouco mais complexa e fundamentada na tradição marxista. Nesse contexto, a mediação é concebida como um fator de superação, que resulta em processos capazes de construir significados, identidades e conhecimentos que orientam as atuações individuais e coletivas dos atores sociais. Desse modo, a mediação é condição necessária para a atuação de sujeitos num ambiente dinâmico e instável e tem função de potencializar incertezas, desestabilizar convicções e provocar deslocamentos.

Assim, a partir das considerações desses autores, temos que a mediação é um processo ativo que constrói relações de significado (Braga, 2012), pode ser praticada em diferentes procedimentos institucionais (Caune, 1999), propiciando a construção de sentido e de identidades (Martins, 2010, 2021). Isto posto, embora alguns autores façam distinção entre formas de mediação, (mediação da informação, mediação cultural, mediação documentária, mediação digital etc.), neste texto entende-se que, em dispositivos culturais e de memória, a mediação - em qualquer forma ou aplicação - tem finalidade cultural. Por essa razão, parece-nos mais relevante tratar *mediação*, com seus sentidos e representações, como um substantivo apenas, dispensando qualificadores.

Retomando a ideia de que mediação ocorre em diferentes procedimentos de dispositivos culturais e de memória, a seleção de itens que vão ou não compor um acervo é prática mediada, pela ausência ou pela presença de documentos, pois a decisão sobre quais temas e sujeitos deverão ser lembrados ou esquecidos, estabelece relações de significado e

tem impacto na formação de identidade. A experiência narrada por Harris (1996), sobre o Arquivo Nacional da África do Sul e apresentada no item anterior desta pesquisa, é um exemplo.

Do mesmo modo, a representação ou a descrição de assunto é prática mediada que pode estigmatizar sujeitos. Isso porque os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) - instrumentos conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos utilizados por bibliotecas, museus e arquivos para representar ou descrever documentos - nem sempre são atualizados de modo a contemplar identidades e culturas socialmente marginalizadas. Como a categorização constrói o que nomeia (Lugones, 2008), as formas de representar conteúdo podem apresentar vieses que prejudicam sujeitos inseridos em contextos multiculturais, porém retratados de modo problemático, como palavras preconceituosas, ênfase de uma religião em detrimento de outra, invisibilidades de grupos LGBTQIAPN+, dentre outros. Sobre essa questão, diversos autores têm desenvolvido pesquisas. Moura (2018) discute o papel dos sistemas de organização do conhecimento na classificação de gênero; Fonseca, Zaninelli e Barbalho (2024) analisam os elementos dos sistemas de conhecimento indígena; Tanus e Souza (2022) abordam o tema da formação e desenvolvimento de acervos de literatura afro-brasileira; Milani *et al.* (2009) tratam da representação do conhecimento em um contexto pós-colonial e multicultural, dentre vários outros.

Desse modo, é possível perceber que os procedimentos para tratamento técnico de acervos, considerando desde a seleção até o processo de produção e uso da informação nos sistemas de representação de conteúdo, ou de assunto, tem se mostrado uma atividade constituída de valores morais, tanto do profissional que cataloga e indexa quanto dos instrumentos utilizados nesses procedimentos, que são produtos que exprimem a intencionalidade daqueles que os elaboraram, ou seja, não são neutros. A mediação não é uma prática neutra. Esses processos e produtos são formas de expressar representações simbólicas de sujeitos, fato que indica que a mediação sempre esteve presente, o que talvez seja novo é a explicitação da intencionalidade, isto é, antes a discriminação e o preconceito não eram assumidos; agora, a decolonialidade é proclamada e defendida.

Então, a questão é como fazer a migração? Como lidar com documentos estigmatizados por valores que expressam preconceitos e visão de mundo considerada obsoleta e inseri-los num contexto contemporâneo permeado por valores opostos, institucionalmente defendidos?

Esse tema é também tratado por Hughes-Watkins (2018, p. 4), que considera ser necessário um trabalho reparador por parte dos arquivistas e suas respectivas instituições ao reconhecerem a ausência ou a marginalização dos oprimidos em seus acervos. Esse trabalho reparador, segue o autor, não é para negar ou ignorar as tradições imperialistas (racistas, homofóbicas, sexistas, capacitistas, dentre outras), e sim para reconhecer essas falhas e buscar envolvimento com ações conscientes, visando a adesão a um imperativo ético. Dessa maneira, em concordância com o autor, da mesma forma que os documentos arquivísticos não podem ser adulterados para não perder sua integridade, também não convém alterar os procedimentos arquivísticos para tratamento técnico desses documentos, não apenas pelo trabalho incomensurável implicado, mas também por preservação do registro histórico.

Face a essa questão, a proposta é que outros procedimentos arquivísticos ajudem a atualizar a representação dos documentos sem alterar a descrição do procedimento técnico. Em vez de mediar a descrição arquivística para atualizar a representação de sujeitos marginalizados, pode-se mediar a divulgação, de modo a atualizar essas representações. O documento continua o mesmo, os atributos de conteúdo também, mas as informações sobre ele, não. Assim, os documentos são inseridos em uma nova narrativa.

Para verificar como todas essas questões podem ser associadas e aplicadas, no próximo item analisaremos a atuação do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM) no Instagram.

O Arquivo Histórico do Município de São Paulo

O Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM) tem como atribuição “preservar a memória da Administração Pública Municipal, assegurando o recolhimento, a organização, a preservação, a segurança e o amplo acesso aos documentos públicos” (São Paulo, 2022, p.11). Nos últimos anos, a instituição tem passado por mudanças estruturais relacionadas a seus princípios e vieses de atuação.

Criado no período pós-República, entre 1890 e 1898, o AHM acumula um acervo histórico com documentos textuais e iconográficos (fotografias, mapas, plantas, cartões postais etc.). No plano de gestão de 2021-2024, último divulgado pela instituição, o AHM considera que há uma “[...] distância entre a cultura livresca – a palavra escrita é a norma – e a implementação empiricamente sensível das políticas públicas.” (idem, p. 11). Ele também reconhece o papel social que vinha desempenhando nos últimos tempos: “Fato é que a diminuta presença do AHM no debate social opõe-se à grandeza histórica da instituição e

sua relevância para a cidade (idem). Contudo, a instituição percebe que é possível mudar: “[...] o AHM merece uma chance de reposicionar-se na esfera pública da cidade de São Paulo, mas como?” (idem, p. 14). Além de diagnosticar o problema: “Há dois nódulos enrijecidos que devem ser dissolvidos: o latente ensimesmamento institucional, fechado e obtuso à totalidade da vocação institucional e a anacrônica cultura organizacional, arraigada em bases patrimonialistas, opacas e ineficientes.” (idem), reconhece as dificuldades: “[...] um dos maiores desafios das instituições antigas é se adaptar ao tempo do hoje e também das pessoas do amanhã”. (idem, p.15). Além disso, a própria instituição indica conhecer o caminho necessário para mudança:

Do analógico ao digital, da falta de legislação à sua sobredose, da História à Memória, da Arquivística Plana à Arquivística de Sistemas, do historiador-arquivista ao arquivista-gestor e arquivista-comunicador, da passividade da ação à dinamização da difusão por meio de novas tecnologias: são exemplos dos câmbios necessários na encruzilhada da tradição e da modernidade. [...] O mundo mudou. A comunicação e a informação, agora equipadas com a riqueza de transmissão e registro trazidas pela informática, servem a outros parâmetros mais amplos [...] (idem, p.14-15).

Não apenas houve uma tomada de consciência da instituição sobre seus problemas e meios devidos para enfrentá-los, ou seja, um diagnóstico e um prognóstico, o AHM explicitou seus valores e novas diretrizes de maneira clara:

[...] nossos projetos e ações são apoiados pelos conceitos de democracia e cidadania cultural [...] permeados por relações de raça, gênero, história, memória e direito à cidade, para aproximação e produção de diálogos, a fim de retirar o véu que distancia a população dos equipamentos culturais (idem, p. 89).

A partir desse perfil de atuação do AHM, é propósito desta pesquisa verificar a mediação de *posts* da instituição para divulgação de documentos históricos do acervo relacionados à questão étnica.

Procedimentos metodológicos

Além da pesquisa bibliográfica, para esta pesquisa foi selecionado um *corpus* de publicação do AHM para análise de sua comunicação. Nessa seleção foram feitos recortes temático, temporal e de mídia. Em relação ao tema, foram escolhidas postagens relacionadas à etnia, indígenas e afrobrasileira. O período selecionado foi de segundo semestre de 2023 a primeiro semestre de 2025. No que se refere a escolha da mídia social, apesar de ter contas

ativas em diversas mídias, como Facebook, Instagram e LinkedIn, o AHM considera esses perfis “a forma mais eficiente de comunicação da instituição com a população”, sendo que “a conta que apresenta melhor desempenho em relação as métricas e metas estabelecidas é a do Instagram” (São Paulo, 2025, p. 75). De acordo com o Relatório Anual de Gestão 2024 (São Paulo, 2025), a média de *posts* no Instagram no primeiro semestre foi de 11 por mês. Daí a escolha do Instagram como plataforma de comunicação e divulgação.

Como resultado dessa seleção, chegamos a cinco postagens do AHM no Instagram que divulgam documentos históricos do acervo.

Análise dos resultados

Dos cinco posts selecionados, três abordam a questão indígena; dois, a questão afrobrasileira. As três primeiras figuram referem-se à temática indígena.

Figura 1: Máscaras e danças indígenas na RAM



Fonte: Post do AHM no Instagram, em 18 de abril de 2025
https://www.instagram.com/p/DImOHRiMFoK/?img_index=2

Texto do post:

O capítulo XI do livro "Entre os Aborígenes do Brasil Central", publicado na edição 48 da RAM, aborda os adornos utilizadas *[sic]* nas danças praticadas por esses povos indígenas, autodenominados Kurâ. O relato é de Steinen em suas expedições no alto Xingu. [...]

Mais à frente, Steine descreve como “admiráveis” dois trajes de dança observados na terceira aldeia:

“Chamava-se kualóhe e tinha o aspecto dum pequeno rancho. Este traje de palha parecia realmente uma casinha, e é manifestamente em atenção ao telhado de palha que os Bacairis dão o nome de "casas" ás suas fantasias de dansa, inclusive á almilha de buriti munida de calças e mangas. E' verdade que, aplicada ás nossas camisas de lã e calças de pano, a expressão se tornava inexplicavel. [...] sua amplitude inferior media quasi dez metros. A construção era a duma enorme crinolina com cinco aros 'fortes cobertos de palha; carregavam-no, porém, ao ombro com duas alças de imbira presas ao aro superior.”

Nessa postagem temos apenas um dos trajes onde *[sic]* um dançarino do kualóhe usa também uma máscara Tüwetüwe.

Embora o livro seja uma fonte valiosa sobre o tema, é importante considerar que, sendo uma obra publicada no século XIX, suas observações traem *[sic]* a perspectiva da época e podem não abranger as transformações culturais ocorridas desde então.

[...] (grifos nossos)

Figura 2: As propagandas da RAM. Biscoitos Aymoré

SUPREMA DELICIA
PARA TODOS OS PALADARES!

BISCOITOS AYMORÉ

**COMPANHIA CERAMICA
INDUSTRIAL DE OSASCO**
Rua Timbiras, 248
SÃO PAULO

FABRICANTES DE:
Louça Sanitária "HERVY"

Assinatura
anual desta
Revista
30\$000

arquivohistoricocomunici_palsp · Segundo ...
arquivohistoricocomunici_palsp Editad · 26
"Andei longes terras
Lidei cruas guerras,
Vaguei pelas serras
Dos vis Aimorés;
Vi lutas de bravos,
Vi fortes - escravos!
De estranhos ignavos
Calcados aos pés."
(I - Juca Pirama, de Gonçalves Dias)

A edição de número 41 da RAM traz a propaganda dos Biscoitos Aymoré. Aimorés é a denominação para um dos vários povos que viviam no vale do rio Doce, entre o Espírito Santo e a Bahia. Eram chamados também de botocudos ou aimberés e não eram tupis, mas faziam parte do grupo linguístico

Fonte: Post do AHM no Instagram, em 07 de abril de 2025
https://www.instagram.com/p/DIJkxCcpph1/?img_index=1

Texto do post:

“Andei longes terras
Lidei cruas guerras,
Vaguei pelas serras
Dos vis Aimoréis;
Vi lutas de bravos,
Vi fortes – escravos!
De estranhos ignavos
Calcados aos pés.”
(I - Juca Pirama, de Gonçalves Dias)

A edição de número 41 da RAM traz a propaganda dos Biscoitos Aymoré. Aimoré é a denominação para um dos vários povos que viviam no vale do rio Doce, entre o Espírito Santo e a Bahia. Eram chamados também de botocudos ou aimberês e não eram tupis, mas faziam parte do grupo linguístico macro-jê.

Os botocudos receberam esse nome dos colonizadores portugueses por causa dos botoques — discos de madeira que usavam no lábio inferior e nas orelhas. Conhecidos como guerreiros, evitavam o contato com os colonizadores, o que fez com que fossem chamados de “ferozes” ou “de vis aimoré”, como no trecho de Juca Pirama, de Gonçalves Dias.

Em 2024 a empresa completou 100 anos e em comemoração abriu uma de suas fábricas na cidade de Contagem, Minas Gerais. Segundo Luciano Mendes, em entrevista ao jornal O Tempo, “a logo da Aymoré é uma homenagem à herança indígena do Rio de Janeiro, sua terra-natal, antes de a marca se instalar em Minas Gerais [...]”. Hoje, repaginada, a logo do biscoito popular apresenta um personagem indígena sem a caracterização do adorno no nariz, sorrindo e com uma espécie de cocar na cabeça. Bem diferente da que vemos na propaganda de 1937. [...] (grifos nossos)

Figura 3: Povos originários no acervo do AHM



Fonte: Post do AHM no Instagram, em 19 de abril de 2024
https://www.instagram.com/p/C59YrkUv51U/?img_index=1

Texto do post:

Em comemoração ao mês indígena, a equipe de comunicação do AHM organizou uma série de postagens sobre a presença dos **povos originários** em nosso acervo de publicações. Durante o mês de abril veremos algumas citações importantes presentes nas mais de 200 edições da Revista do Arquivo Municipal (carinhosamente chamada de RAM). A RAM é um periódico com enfoque abrangente, que é publicado pelo AHM desde 1934, continua a garantir um espaço significativo para a discussão de diversas áreas do conhecimento até os dias atuais. **Nesta publicação temos alguns registros de ilustrações presentes nas edições 84 e 93 da Revista do Arquivo Municipal.** Para ler o conteúdo dessas RAMs, basta acessar o site oficial do AHM.

À luz do inédito pedido coletivo de reparação realizado pela Comissão de Anistia aos povos indígenas Guarani-kaiowá e Krenak pelas graves violações aos direitos durante o regime militar (1964/1985), se faz cada vez mais evidente a reflexão acerca da relevância da preservação da memória, por meio dos arquivos e acervos, para as futuras gerações.

A importância dos arquivos vai além da simples guarda e conservação de seus acervos. Eles garantem que a história não seja esquecida e que as pessoas, ao acessarem esses documentos, possam questionar os eventos ali registrados, assim como as omissões e discursos controversos.

O objetivo principal dessa série de postagens é destacar o vasto acervo de pesquisas, estudos e imagens presentes em nossas publicações, sob uma abordagem intercultural e decolonizadora de autores indígenas e pesquisadores envolvidos com a luta dos povos originários.

Que as celebrações e lições desta data ultrapassem os limites do dia 19 e do mês de abril, para que possamos continuamente construir um futuro enraizado em nossa história ancestral! (grifos nossos)

Nas três postagens acima, o AHM reconhece o valor histórico do documento, mas esclarece sobre necessidade de mudança de mentalidade.

Na Figura 1, o *post* apresenta imagem e excertos da RAM n. 48, de 1938, que publicou texto publicado na década de 1880 sobre “aborígenes” do Brasil. Embora o post tenha assumido apenas a função de relatar os principais trechos do texto e explique as imagens em carrossel, a última parte (em destaque nosso) exalta a importância da fonte histórica e nos alerta em relação às transformações históricas ocorridas desde então.

No post da Figura 2, o AHM divulga a propaganda de um fascículo de sua revista publicada em 1937. A inserção da propaganda numa nova narrativa é iniciada por um trecho de um poema de Gonçalves Dias que cita a etnia aimoré, inspiração para o nome da marca de biscoitos. Depois explica a origem do nome da etnia e caracteriza o povo; por fim, apresenta informações atuais sobre a marca de biscoitos e explica que não é mais atualizada como logo da marca, a figura de mulher indígena caracterizada.

Na Figura 3, o post apresenta um carrossel de imagens e excertos antigos da *Revista do Arquivo Municipal* (RAM), ou seja, o AHM está utilizando fotos antigas (RAM n.84, publicada em 1942, e RAM n.93, publicada em 1943), produzidas em um contexto em que

ainda não se falava em decolonização, e insere essas imagens numa narrativa contemporânea, de valorização da cultura dos povos originários. Também é destacada a importância da atuação dos arquivos no processo de decolonização dos acervos.

Ao recuperar textos publicados na RAM - ou seja, produzidos pelo próprio arquivo - e atualizá-los em concordância com as novas diretrizes institucionais, o AHM ao mesmo tempo em que divulga seu acervo, o ressignifica. A contextualização da propaganda é uma forma de interpretação de um passado que não mais representa valores defendidos pela instituição na contemporaneidade, mas que não necessita ser apagado por conta disso, basta que seja explicado o contexto e mantido o distanciamento ideológico. Uma nova narrativa é construída, atualizando conteúdos e reposicionando a instituição, informação explícita nos dois últimos trechos grifados, que indicam a intencionalidade de retratação histórica. Em todos os casos apresentados, Figuras 1, 2 e 3, o AHM contextualizou a divulgação, alertou para a necessidade de distanciamento histórico e utilizou termos e concepções contemporâneas sobre povos indígenas. Enfim, foi feito o trabalho reparador, defendido por Hughes-Watkins (2018), em relação à marginalização dos oprimidos.

Os dois próximos posts são publicações que remetem à cultura africana:

Figura 4: Informativos AHM: Luiz Gama no acervo do Arquivo Histórico Municipal



Fonte: Post do AHM no Instagram, em 13 de maio de 2024
https://www.instagram.com/p/C66-l0IvICD/?img_index=1

Texto do post:

13 de maio, data em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, é considerado por muitos como o dia que assinala a libertação formal das pessoas escravizadas no Brasil. No entanto, apesar do marco histórico, a realidade é que a abolição não provocou mudanças efetivas e imediatas na vida dessas pessoas, tampouco levou aos holofotes aqueles envolvidos efetivamente com o movimento abolicionista.

Pensando nisso, hoje falaremos sobre Luis Gonzaga Pinto da Gama. Luis Gama, nascido em Salvador, destacou-se em São Paulo como figura central na luta contra a escravidão. Sua trajetória pública está documentada em correspondências desde 1857: mencionando-o como advogado, em 1874, e com sua própria assinatura, em 1881 e 1873, como se vê nas imagens dessa postagem. **Nas Atas da Câmara, em agosto de 1883, consta um registro sobre uma “procissão cívica”, um ano após a morte de Luiz Gama, que evidencia a importância e reconhecimento de seu ativismo para a população paulistana.** “Do Administrador do Cemiterio, de 29 de Agosto findo, participando que por occasião da procissão cívica derigida ao Cemiterio, em homenagem ao falecido Luis Gama, no dia 26 do passado, o povo que para ali affluio deo lugar a alguns estragos em jazidos de particulares e quadros geraes, pelo que pedia providencias no sentido de não mais reproduzir-se taes factos em qualquer outra occasião simelhante.”

Embora a atuação de Luis Gama na causa abolicionista, em processos de libertação e na defesa dos escravizados não esteja amplamente documentada nos arquivos públicos, a importância de suas ações tem sido reconhecida recentemente. Nesse sentido, a preservação de documentos históricos desempenha um papel crucial na redescoberta de informações sobre figuras antes consideradas desconhecidas ou negligenciadas. (grifos nossos).

Figura 5: Homenagem ao mês da consciência negra



Fonte: Post do AHM no Instagram, em 20 de novembro de 2023

<https://www.instagram.com/p/Cz30MzxPz4i/>

Texto do post:

O mês de novembro traz o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, em 2011. A data rememora a data da morte do líder do Quilombo dos Palmares e traz a reflexão sobre a história de luta e resistência durante o período escravagista do Brasil e as marcas deixadas por esse sistema em nossa sociedade.

O registro da administração pública se faz, em grande parte dos casos, por aqueles que governam, podendo evidenciar ou diminuir a participação de determinados grupos sociais na história da cidade. Esse silenciamento arquivístico revela a ausência de narrativas de populações tidas como minorias e marginalizadas e ainda contribuem para exclusão de personalidades e realizações desses povos nas mais diversas áreas sociais. Durante o mês de novembro, a equipe de Supervisão de Pesquisa e Difusão, em parceria com a Supervisão do Acervo Permanente do AHM, apresentará alguns registros presentes em nosso acervo de modo a colaborar com essa discussão sobre espaço, memória e o apagamento da vida negra dos informes da infraestrutura e dinâmica social de São Paulo. A próxima postagem teremos algumas passagens em nosso acervo, de uma personalidade tida como um mito dentro da arquitetura, responsável pela construção do primeiro “abastecimento público regular de água da Paulicéia [...]” e sob a “alcunha alusiva à habilidade, à agudeza, à perspicácia do engenhoso thebano que decifrou o enigma da esfinge.”

Você sabe de quem falaremos? Deixe seu palpite nos comentários e ative as notificações para receber atualizações em primeira mão! (grifos nossos).

A Figura 4 apresenta um post publicado na data em que se comemora a Abolição da Escravatura, 13 de maio, porém apenas menciona a Lei áurea - documento com força histórico-política, fundador da narrativa oficial da abolição. O enfoque principal do post é a exaltação da figura de Luiz Gama e sua militância pela abolição da escravatura, além da apresentação de documentos históricos pouco conhecidos sobre a comoção causada pela morte dele. São utilizados termos contemporâneos para fazer referência ao período de escravidão no Brasil e indica reconhecer a luta pela libertação como um procedimento legítimo, não marginalizado. A divulgação de documentos que revelam o reconhecimento social e o prestígio de Luiz Gama, além de reparação histórica, contribui com o fortalecimento da identidade de afrobrasileiros e com a construção da memória social dos brasileiros em geral; em suma, o direito à memória, conforme defende Melis (2010).

A Figura 5 apresenta imagens de pessoas negras dançando, em clima de comemoração. É uma homenagem a Zumbi dos Palmares, que foi assassinado em 20 de novembro, data em que se comemora o dia da Consciência Negra, feriado em muitos territórios brasileiros. Além da homenagem, o trecho em destaque reconhece as relações de poder reproduzidas pelo Arquivo que provocaram o silenciamento de excluídos. Essa passagem guarda semelhança com o relato de Harris (1996) ao tratar das práticas arquivísticas do Arquivo Nacional da África do Sul. Também faz críticas ao discurso do passado que tanto invisibilizou ações de povos considerados subalternos. O AHM demonstra ação consciente e

intencional de revisar seu passado administrativo e arquivístico, posição coerente com as considerações de Lotufo (2018), que aponta a necessidade de retomada de culturas esquecidas e negadas.

As publicações do AHM aqui analisadas indicam preocupação com uma reparação histórica. Essa preocupação se manifesta no uso de termos adequados e demonstração de respeito a culturas que tiveram sua importância ignorada pelo rechaço de grupos dominantes (Milani *et al.*, 2009), e também na tentativa de combater o apagamento das culturas e promove a reflexão sobre discursos controversos e buscar resgatar aspectos que foram negligenciados pela ação colonizadora.

A curadoria dos documentos, a linguagem utilizada, a seleção de imagens e de aspectos a comentar, dentre outros são formas de mediar documentos históricos e ressignificá-los em um novo contexto de disputa recuperação e reconstituição de identidades, situação em que a mediação é feita conforme defende Martins (2010, 2021): como um fator de superação, corroborando processos identitários e de construção de significados. Embora tenha sido abordado apenas um aspecto de sua atuação, sua presença nas mídias sociais reflete os valores sociais que o Arquivo preza, cumprindo o que defende em seu Plano de Gestão (São Paulo, 2022, p. 15), onde afirma que o acesso a seus documentos não cabe apenas aos especialistas ou à elite intelectual, mas também a todos os outros estratos sociais, levando em conta a diversidade das experiências culturais. Nova perspectiva, novo alinhamento e nova busca. Agora a preocupação está em realizar um trabalho que convirja com os ideais de grupos subalternizados, conforme evidenciado pelo posicionamento da instituição nos posts apresentados.

Considerações finais

Foram objetivos deste trabalho verificar os usos da mediação na difusão de documentos históricos e analisar a divulgação em mídia social, de documentos históricos de um arquivo público no atual contexto de pós-colonialidade e de mudança de paradigma. Como análise amostral foram considerados posts do Arquivo Histórico do Município de São Paulo no Instagram.

Assim, por meio da análise de cinco posts, foi possível perceber que o AHM, em suas práticas de mediação, tem feito revisão de seus processos de maneira a reconsiderar a representação ou inclusão de minorias marginalizadas. A inserção de documentos históricos numa narrativa contemporânea pautada pela decolonialidade contribui tanto para a

valorização de raízes ancestrais de povos originários quanto para a ampliação de informações sobre essas questões. Também foi possível notar que a categorização, a classificação e a nomeação não são neutras – antes, ao contrário –, são carregadas de simbologia e significados que expressam o pensamento dominante. Documentos que outrora apresentavam evidências do pensamento dominante de uma época podem ser reinterpretados - mediante um processo de mediação, que atribui sentidos e ressignifica – e reinseridos em outra dinâmica social.

Ainda que arquivos possam ser disciplinados e possam se transformar em vetores de instrumentalização política, por meio desta pesquisa pode-se considerar que os arquivos em geral, espaços de aprendizado não formal, podem ter atuação dinâmica e articulada com questões de interesse social, tornando-se dispositivos de disseminação de informações que visam o fortalecimento de identidades e heranças culturais.

Por fim, no Brasil, a literatura que aborda o tema mediação e decolonialidade em arquivos e apresentam casos concretos de atuação ainda é escassa, situação que apresenta possibilidades de investigações futuras sobre o tema.

Referências

- ASCIONE, G. Eurocentrismo e narrazioni della modernità scientifica: tre prospettive globali. *Storica*, v. 19, n. 56-57, p. 9-52, 2013.
- BRAGA, J. L. Circuitos versos campos sociais. In: MATTOS, M.A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (org.). **Mediação & mediatização**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012. p. 31-52.
- CAUNE, J. *Pour une éthique de la médiation*. Grenoble: PUG, 1999.
- DINIZ, J. A expressão brasileira da colonialidade da natureza. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 51, n. 1, p. 167-195, jan./jun. 2023.
- FONSECA, D. L. S.; ZANINELLI, T. B.; BARBALHO, C. R. S. Sistemas de conhecimento indígena: aspectos conceituais, estruturais e as redes cosmológicas do conhecimento indígena. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. **Anais eletrônicos** [...] XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024.
- GOODY, J. **O roubo da história**: como europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- GREENBERG, J. Definitional dilemmas: male or female? black or white? eLaw's failure to recognize intersexuals and multiracials. In: LESTER, Toni (ed.). **Gender nonconformity**,

race, and sexuality. charting the connections. Madison: University of Wisconsin Press, 2002. p. 102-124.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434 p.

HARRIS, V. Redefining archives in South Africa: Public Archives and Society in Transition, 1990–1996. **Archivaria**, n. 42, oct., p. 6-27, 1996.

HUGHES-WATKINS, L. Moving toward a reparative archive: a roadmap for a holistic approach to disrupting homogenous histories in academic repositories and creating inclusive spaces for marginalized voices. **Journal of Contemporary Archival Studies**, [s.l.], v. 5., 2018.

HUMMEL-COLLA, C. L. Doling out Colonialism: Refiguring Archival Memory of Settler Colonialism in the Hawaiian Islands. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, [s.l.], v. 15, n. 2. 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 102 p.

LANDER, E. La utopía del mercado total y el poder imperial. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v.8, n.2, p.51-79, 2002.

LOTUFO, J. J. **Ensino de performance e descolonização na América Latina.** 2018.

Tese (Doutorado em Artes) - Centro de Educação e Humanidades: Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.9, p. 73-101, jul./dic., 2008.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago CASTRO-GÓMEZ; Ramón GROSFOGUEL (org.). **El giro Decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana–Siglo del Hombre, 2007, p.127-67.

MARTINS, A. A. L. Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 272 - 295, 2021.

MARTINS, A. A. L. **Mediação:** reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

MILANI, S. O. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (ed.). **Nuevas perspectivas para la**

difusión y organización del conocimiento. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009.

MONTEIRO, R. B. Um documento que foi produzido em papel não é a mesma coisa que a sua imagem (Entrevista, por Bruno Leal). **Café História**, 5 dez. 2022.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder | social organization of knowledge and performativity of gender: devices, regimes of knowledge and relations of power. **Liinc em Revista**, v. 14, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, M. DE J.; OSMAN, E. M. R. O. Pluralismo bioético: contribuições latino-americanas para uma bioética em perspectiva decolonial. *Revista Bioética*, v. 25, n. 1, p. 52–60, jan. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder. Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, [S.l.], vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos coloniais. *MASP Afterall*, São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (Município). Arquivo Público Municipal. **Plano de gestão AHM (2021-2024)**. São Paulo, 2022.

SÃO PAULO (Município). Arquivo Público Municipal. **Relatório anual de gestão 2024**. São Paulo, 2025.

SILVA, K. S. Insurgências contra-coloniais e a amefricanização da universidade. In: MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa (org.). **Narrativas insurgentes**: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 9-18. (Coleção AYA, v. 1).

TANUS, G. F. S. C.; SOUZA, G. T. C. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palabra Clave**, Argentina, v. 12, n. la plata, 2022.

THIESSE, A-M; NORRIS, S. How countries are made: the cultural construction of european nations. **Contexts**, Berkeley, v. 2, n. 2, p. 26-32, 2003.